

Aplicação Prática da Administração na Economia Global 2

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Aplicação Prática da Administração na Economia Global 2

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A642 Aplicação prática da administração na economia global 2
[recurso eletrônico] / Organizador Clayton Robson
Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora,
2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-404-7

DOI 10.22533/at.ed.047202309

1. Administração de empresas. 2. Economia. 3.
Globalização. I.Silva, Clayton Robson Moreira da. CDD
658.812

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Aplicação Prática da Administração na Economia Global 2”, publicada pela Atena Editora, reúne um conjunto de quatorze capítulos que abordam diferentes temas relacionados à administração, com foco em sua aplicação prática. Discutir a prática gerencial possibilita o avanço da ciência administrativa e promove o intercâmbio de conhecimento entre gestores, acadêmicos e técnicos, bem como suscita a aprendizagem por meio da reflexão sobre os diversos fenômenos organizacionais abordados no decorrer dos capítulos.

Assim, este livro emerge como uma fonte de pesquisa robusta, que explora a prática da administração em diferentes contextos. Os capítulos iniciais contemplam estudos focados em temas como empreendedorismo, inovação e associativismo. Os capítulos seguintes discutem práticas de administração no campo do setor público, trazendo estudos sobre temas relevantes para a gestão pública, tais como sustentabilidade, licitações, sistemas de informação e políticas públicas. Os capítulos finais apresentam estudos no contexto da educação.

Desse modo, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um arcabouço teórico especializado, que contempla um amplo panorama sobre a aplicação prática da administração na economia global, possibilitando a ampliação do debate acadêmico e conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração.

Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

FACTORES DETERMINANTES DEL ECOSISTEMA DE EMPRENDIMIENTO EN EL DEPARTAMENTO DE CASANARE- COLOMBIA

Cristian Orlando Avila Quiñones

Elva Nelly Rojas Araque

Elba Consuelo Téllez Fernandez

Carlos Julio Moreno

Nilton Marques de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0472023091

CAPÍTULO 2..... 18

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO: ESTUDO DE CASO EM EMPRESAS DE GETÚLIO VARGAS/RS

Alini Engel

Suzana Paula Vitali

DOI 10.22533/at.ed.0472023092

CAPÍTULO 3..... 34

ASSOCIATIVISMO COMO FORMA DE AGREGAR VALOR: UM ESTUDO COM PEQUENAS PROPRIEDADES LEITEIRAS DO OESTE DE SANTA CATARINA

Franco Apolo Ruver

Giovani Nissola

Moacir Francisco Deimling

DOI 10.22533/at.ed.0472023093

CAPÍTULO 4..... 46

ASSOCIAÇÃO EM REDE DE PEQUENAS EMPRESAS FARMACÊUTICAS EM PORTO VELHO, RONDÔNIA: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Renato Lima dos Santos

Natanael Camilo da Costa

Marcus Vinícius Oliveira Braga

Júnior Cleber Alves Paiva

Fabio Herrera Fernandes

Rafael Luis da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0472023094

CAPÍTULO 5..... 61

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Dioney da Conceição da Silva

Cintia Yossuko Galdino Kuriyama de Sousa

Maray del Carmen Silva Rodrigues

Ádima Souza dos Santos

João Paulo França dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0472023095

CAPÍTULO 6.....	76
LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: PRÁTICAS AMBIENTAIS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL BRASILEIRA	
Elaine Cristina Arantes	
Luciane Schulz Fonseca	
Vera Lucia Telles Scaglione	
DOI 10.22533/at.ed.0472023096	
CAPÍTULO 7.....	97
CARACTERÍSTICAS DA LOGÍSTICA E DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS DE MATERIAL DE CONSUMO DO PONTO DE VISTA DE SUA JURISPRUDÊNCIA	
Ricardo Belinski	
Carlos Augusto Candeo Fontanini	
DOI 10.22533/at.ed.0472023097	
CAPÍTULO 8.....	112
PROCESSO DECISÓRIO PARA A ADOÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	
Rayanne Cristina Oliveira da Silva Araújo	
Rosália Maria Passos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0472023098	
CAPÍTULO 9.....	124
ÍNDICE DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA	
Tháís Naue Bernardi	
Alexandre de Freitas Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.0472023099	
CAPÍTULO 10.....	147
POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO DE ARINOS-MG	
Ailton Arangui da Silva	
Roberto Lúcio Corrêa de Freitas	
Mabel Diz Marques	
Raphael de Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.04720230910	
CAPÍTULO 11.....	161
O IMPACTO DA TELEDUCAÇÃO EM CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO <i>LATO SENSU</i> EM GESTÃO EM SAÚDE NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Cláudia Rayanes de Carvalho	
Chrystyan Bezerra de Sousa	
Aymêe Costa Cardoso	
Sezilde Regina Trindade de Araújo	
Jurandir Moura Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.04720230911	

CAPÍTULO 12.....	175
UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE A ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM ATRAVÉS DE UM MÉTODO PARA RESOLUÇÃO DE CASOS DE ENSINO	
Fabrício Meller da Silva	
Reinaldo Cabrijana Ortiz	
DOI 10.22533/at.ed.04720230912	
CAPÍTULO 13.....	196
MÉTODO TREZENTOS E O DESENVOLVIMENTO HUMANO	
Elimar Rodrigues Alexandre	
DOI 10.22533/at.ed.04720230913	
CAPÍTULO 14.....	208
UM ESTUDO SOBRE A FLEXIBILIDADE MORAL DOS ALUNOS DE ADMINISTRAÇÃO	
Maria Teresa Correia Coutinho	
Vinicius Mothé Maia	
Maira Costa Souza	
DOI 10.22533/at.ed.04720230914	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	228
ÍNDICE REMISSIVO.....	229

CAPÍTULO 7

CARACTERÍSTICAS DA LOGÍSTICA E DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS DE MATERIAL DE CONSUMO DO PONTO DE VISTA DE SUA JURISPRUDÊNCIA

Data de aceite: 01/09/2020

Ricardo Belinski

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Universidade Católica do Paraná (PUCPR).
Faculdade AIEC.
Curitiba, Paraná.

Carlos Augusto Candeo Fontanini

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
(PUCPR).
Curitiba, Paraná.

RESUMO: As aquisições públicas de material de consumo, parte integrante da logística governamental, são regulamentadas pela legislação sobre licitação pública. A partir da revisão de literatura e da análise de conteúdo da jurisprudência sobre compras governamentais foram identificados os elementos integrantes das características dessa área logística no Brasil. O escopo deste estudo abrange as aquisições governamentais de material de consumo, passíveis de previsão, controle e planejamento em ciclos anuais. A contribuição desse artigo está na junção entre jurisprudência e melhores práticas de administração, haja vista que há uma predominância do enfoque legal predominante na gestão pública. Entre os resultados esperados está a apresentação da legislação sobre compras governamentais de material de consumo, bem como sua interface com as teorias sobre logística e gestão da cadeia de suprimentos.

PALAVRAS-CHAVE: *Public Procurement.*

Licitação. Gestão de Suprimentos. Compras públicas. Pregão Eletrônico.

ABSTRACT: Public procurement of consumables, an integral part of government logistics, is regulated by public procurement legislation. From the literature review and content analysis of the jurisprudence on government procurement, the elements that comprise the characteristics of this logistics area in Brazil were identified. The scope of this study covers government procurement of consumable material, subject to forecast, control, and planning in annual cycles. This article's contribution is in the junction between jurisprudence and best management practices since there is a predominance of the predominant legal focus in public management. Among the expected results is the presentation of legislation on consumables' government procurement and its interface with theories on logistics and supply chain management.

KEYWORDS: Public Procurement. Bidding. Supply Management. Governmental purchasing. Electronic Auction.

INTRODUÇÃO

As atividades de compras governamentais são importantes porque movimentam recursos financeiros estimados entre 10% e 30% do Produto Interno Bruto em vários países do mundo (CALLENDER; MATHEWS, 2000). Por exemplo, os 28 estados membros da União Europeia movimentaram um valor de €14,64 trilhões, ou 22% do PIB mundial e um volume

total de aquisições públicas equivalente a aproximadamente €1,786 trilhões em 2013 (GLAS; SCHAUPP; ESSIG, 2017, p. 579). Há três propósitos comuns sobre regem as aquisições públicas: controle, gestão e planejamento (MCCUE; GIANAKIS, 2001). O ambiente do sistema de logística governamental está sujeito às forças legais, de mercado, pressões internas, sociais, econômicas, políticas (THAI, 2001).

Os profissionais que atuam com aquisições públicas possuem perspectivas diferentes daqueles que atuam em empresas privadas. Em estudo sobre a administração pública do Canadá, Larson (2009) afirma que os gestores de compras públicas têm perspectivas mais restritas sobre a gestão da cadeia de suprimentos em comparação com aqueles que atuam em logística no setor privado; além disso os responsáveis pelas compras públicas possuem diferentes percepções sobre a importância de tópicos, ferramentas e técnicas logísticas para apoiar seu trabalho logístico.

O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão da literatura sobre a evolução da jurisprudência sobre licitação e compras no governo federal brasileiro no contexto dos estudos sobre logística e cadeia de suprimentos, principalmente na função aquisição (*procurement*) de material de consumo.

A jurisprudência, bem como a revisão de literatura sobre logística e cadeia de suprimento, será analisada a partir da técnica de análise de conteúdo que prevê a leitura flutuante, a exploração de material, o tratamento de resultado e a emissão de inferências e interpretações (BARDIN, 2004). A contribuição desse artigo está no relacionamento entre a literatura sobre logística e a jurisprudência brasileira, haja vista que há grande ênfase em aspectos legais no tocante às compras públicas, deixando em segundo plano aspectos gerenciais.

O escopo desse estudo aborda logística, aquisições públicas, jurisprudência sobre licitação de material de consumo porque possuem jurisprudência específica e são aquisições recorrentes com ciclos anuais, portanto passíveis de controle, gestão e planejamento. A relevância deste estudo está inserida nas mudanças em curso com a revisão da Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 8.666/1993), aguardando aprovação pelo Congresso e pelo Senado brasileiros¹.

Além dessa apresentação, esse artigo aborda os fundamentos da logística, a apresentação da jurisprudência sobre aquisições públicas, as características da cadeia de suprimentos e o ambiente em que ocorrem as licitações brasileiras: o pregão eletrônico de materiais de consumo.

FUNDAMENTOS DA LOGÍSTICA

Em uma perspectiva funcional, a logística depende do fluxo de informação para

¹ Projeto de Lei n. 6.814/2017 da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos, disponível em: <https://bit.ly/2Xsc1mS>

movimentar os materiais entre setores para atender necessidades e expectativas dos clientes. Numa perspectiva industrial, a logística trata da otimização da distribuição física de insumos, dos processos de manufatura e do processo de aquisições com os fornecedores (BOWERSOX; CARTER; MONCZKA, 1985). A logística está focada no transporte de materiais, desde o fornecedor até o cliente, da melhor maneira possível para atender às necessidades dos clientes.

Estudos sobre o ciclo de vida da cadeia de suprimentos analisa diferentes dinâmicas, trajetórias e fatores que influenciam diferentes configurações logísticas. Algumas cadeias de suprimentos são “maduras e relativamente imutáveis”, enquanto outras estão “emergindo ou em transição e sujeitas a interrupções” (MACCARTHY *et al.*, 2016, p. 1698).

O principal objetivo da logística até o final da década de 1980, quando surgiu o conceito de gestão da cadeia de suprimentos, era controlar o nível de serviço ao cliente, reduzir custos com inventário, mitigar a variância na produção, garantir mínimos custos de operações e aquisições, além do controle de qualidade dos processos (BOWERSOX, CARTER, MONCZKA, 1985; BALLOU, 2006).

Nesse contexto, foi publicada a Lei de Licitações e Contratos² em 1993 para regulamentar as aquisições públicas (*public procurement*) no Brasil. O Decreto n. 3.555, de 8 de agosto de 2000, instituiu o pregão como modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens comuns pode ser feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais. A Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, inovou ao abrir a possibilidade de que essa sessão, antes presencial, poderia ser realizada por meio eletrônico (*e-procurement*), utilizando das tecnologias da informação, como o Sistema Comprasnet³. Isso possibilitou acesso ao mercado governamental para vários fornecedores de qualquer região do país, sobretudo pequenas e microempresas para fornecimento de materiais de consumo.

A gestão logística do setor governamental deve considerar a legislação vigente sobre licitações e contratos, portanto não há total liberdade para cada entidade pública aplicar as melhores práticas gerenciais. Além disso, os atos administrativos na cadeia de suprimentos devem ser transparentes, com poucos contratos com cláusulas sigilosas, conforme prevê a Lei de Acesso à Informação (LAI)⁴. A integridade e combate à corrupção é uma das características da legislação sobre compras governamentais no Brasil e no mundo (THAI, 2009).

2 As aquisições ou *procurement* do governo federal brasileiro são regulamentadas pela Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, vigente até a publicação de nova lei em discussão no poder legislativo em 2018.

3 As entidades do governo federal promovem seus pregões eletrônicos na plataforma Comprasnet, disponível em: <http://bit.ly/2NAZI5x>

4 Vigente desde maio de 2012, a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2012) exige que a prestação de contas, incluindo informações sobre os documentos da gestão da cadeia de suprimentos, estejam disponíveis na internet para controle social.

GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

A logística é um dos componentes da gestão da cadeia de suprimentos, que pressupõe a previsão e o planejamento da demanda de produtos, serviços e informações, com seu devido controle e coordenação, desde a origem dos insumos até o ponto de consumo, atendendo as exigências de clientes internos e externos. As técnicas, ferramentas e estratégias foram aperfeiçoadas nos seguintes termos: controle de estoques e gestão de transporte; gestão de material e da produção; gestão empresarial e dos recursos; fluxo de processos e dos resíduos; agilidade e resiliência; criação de rede de valor; criação de valor para os *clusters* ou conjunto de empresas (STEVENS; JOHNSON, 2016).

A partir da década de 1980, com a difusão da informática, foi possível desenvolver sistemas de gestão da informação para dar suporte à decisão, aplicada à logística, que engloba a otimização da distribuição física, da fabricação e das aquisições (BOWERSOX; CARTER; MONCZKA, 1985). Com o advento da internet, foi possível implantar sistemas *online* de compras governamentais pela internet, otimizando o processo de aquisição por meio de licitação não presencial em sistema de pregão eletrônico (*e-procurement*).

Gestão logística é o processo de planejar, implementar e controlar o fluxo eficiente da relação custo/benefício e o armazenamento de matérias-primas, promovendo o inventário de estoque de matéria-prima e produtos acabados, em um fluxo de informações entre o ponto de origem e de consumo, atendendo aos requisitos exigidos pelo cliente; essa foi a definição apresentada, em 1986, pelo *Council of Logistics Management* (COOPER; LAMBERT; PAGH, 1997).

Contudo, logística não é sinônimo de gestão da cadeia de suprimentos; no setor privado, a logística está contida na gestão da cadeia de suprimentos, que incorpora também o relacionamento com outras empresas. Vários estudos abordam a evolução do conceito simples de logística para a complexidade da gestão integrada de cadeia de suprimentos (COOPER, LAMBERT, PAGH, 1997; LUMMUS, VOKURKA, 1999; MENTZER *et al.*, 2001; STEVENS, 1990; BALLOU, 2010).

O termo “*supply chain management*” surgiu em 1982, primeiramente no ambiente de consultoria, depois foi adotado pela academia. A principal mudança foi a redução dos esforços para manter o inventário de estoques (depósitos) e na ampliação de relacionamentos entre os participantes da rede logística (colaboração), além dos esforços de integração entre as várias funções internas de uma organização (COOPER; LAMBERT; PAGH, 1997).

A gestão da cadeia de suprimentos, segundo *The International Center for Competitive Excellence*, é a integração de processos de negócio do usuário por meio de fornecedores que ofertam produtos, serviços e informações que agregam valor ao cliente (COOPER; LAMBERT; PAGH, 1997).

A gestão da cadeia de suprimentos engloba o fluxo de matérias-primas utilizadas numa indústria para produzir um produto que atenda a um cliente. Esse processo pressupõe

que haja identificação de uma necessidade, a escolha do melhor fornecedor, opção do meio de transporte da carga do fornecedor à indústria, estratégias de recebimento e armazenagem de materiais, fabricação do produto e transporte até o cliente final. Há dois fluxos a considerar: um de informação e outro de materiais. Essa é a base de um sistema logístico (BALLOU, 2006; BOWERSOX, CLOSS, COOPER, 2006; CHOPRA, MEINDL, 2003).

Desde a década de 1950, houve importantes avanços na gestão logística da cadeia de suprimentos. Num primeiro momento, as atividades eram isoladas e especializadas: previsão de demanda, compras e *procurement*, planejamento de necessidades, planejamento da produção, estoques de fabricação, armazenagem, manuseio de materiais, embalagem, estoque de produtos acabados, planejamento da distribuição, processamento de pedidos, sistemas de transportes, serviços do consumidor, planejamento estratégico, serviços de informação, marketing e vendas, financeiro (YUVA, 2002). Até a década de 1960 essas atividades eram especializadas e com pouca integração entre elas, porque as empresas atuavam em um ambiente de mercado mais estável.

A partir da década de 1960 houve maior integração dessas atividades logísticas no setor de compras e gerenciamento de materiais, além de maior integração no sistema de distribuição física. A partir da década de 2000, com o advento da internet e maior informatização nas empresas há uma busca pela gestão integrada da cadeia de suprimentos. Os modelos mais avançados de gestão logística da cadeia de suprimentos pressupõem o compartilhamento de informações em tempo real das necessidades dos fornecedores, dos clientes e da organização (COOPER; LAMBERT, 2000).

Quanto ao grau de complexidade há três modelos: a cadeia de suprimentos direta, a cadeia de suprimentos estendida e a cadeia de suprimentos superior, conforme figura 1, baseado em Mentzer et al. (2001). A principal diferença é a ampliação do raio de ação da cadeia logística da organização, incluindo os consumidores e os fornecedores na estratégia do negócio em modelos mais complexos.

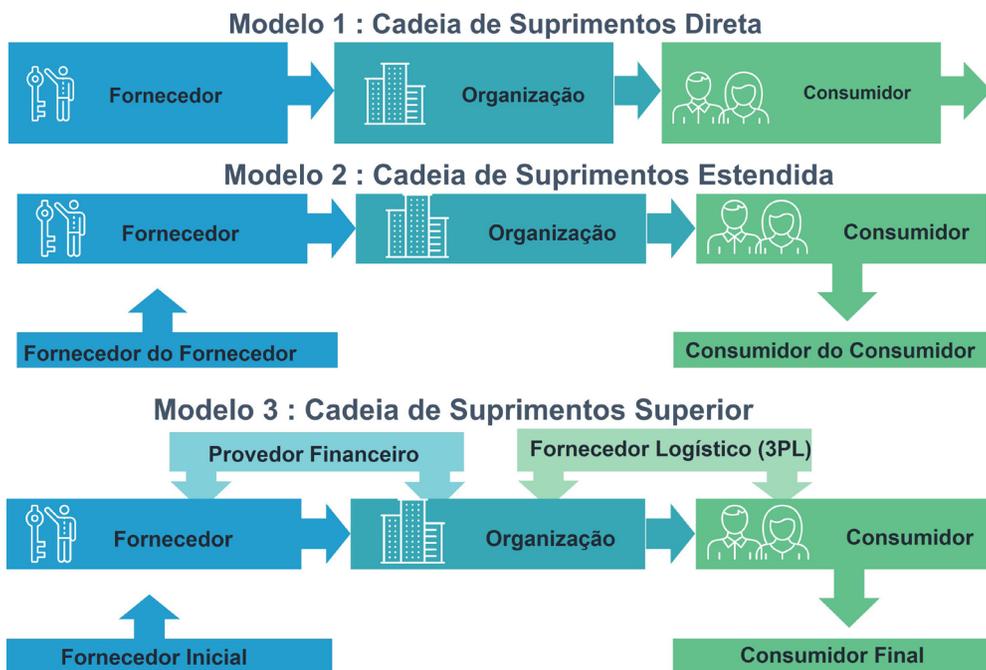


Figura 1 - Complexidade crescente da Logística para a Gestão da Cadeia de Suprimentos

Fonte: Mentzer et al. (2001)

Um dos grandes desafios na gestão da cadeia de suprimentos é a coordenação da produção nos modelos logísticos apresentados na figura 1, evitando o efeito chicote (*bullwhip effect*), ou seja, a “falta ou excesso de estoques nos canais causado por falhas no planejamento e na previsão da demanda” (CHOPRA; MEINDL, 2003, p. 366). No setor governamental, essas falhas de previsão aumentam os custos operacionais, além de não atender ao cidadão. Além do mais, há a necessidade de se licitar⁵ todos os produtos de consumo, tornando mais demorado o processo de ressuprimento na cadeia logística.

AQUISIÇÕES PÚBLICAS E *PROCUREMENT* NO BRASIL

Uma das atividades econômicas do governo é comprar bens e serviços para atender necessidades dos cidadãos como educação, saúde e infraestrutura. Uma das características da logística governamental é a presença da jurisprudência sobre as aquisições públicas (*public procurement*), com registros dessas práticas desde 2.400 a.C. na Síria (THAI, 2001).

Há diferenças significativas entre aquisição e *procurement*. *Public procurement* pode ser definido como o processo de aquisição de bens e serviços que inclui funções desde

⁵ O imperativo de licitar está previsto na Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 8.666/1993, em seu artigo segundo. Não há liberdade de escolha de fornecedor sem um processo de licitação.

a identificação de necessidade, seleção de alternativas e estudos técnicos preliminares, preparação e adjudicação de licitação, fiscalização de contratos até a destinação ambientalmente correta dos produtos (UNDP, 2010).

Portanto, *public procurement* busca “aumentar a eficiência do governo, reduzir as despesas públicas”, considerando a estratégia e políticas da organização, bem como provendo métodos, procedimentos, profissionais e informações adequadas para atingir seus objetivos a partir de um planejamento adequado (THAI, 2009, p. 11).

As atividades de *public procurement* visam atingir três objetivos. O primeiro, metas regulatórias, concentra-se no cumprimento das normas e jurisprudência sobre compras governamentais (*compliance*). O segundo, metas comerciais, visa utilizar mecanismos de mercado para atingir metas de aquisições, tais como redução de custos e aumento da qualidade de produtos e serviços. O terceiro, metas socioeconômicas, visa promover políticas públicas, usando o poder de compras governamentais, como o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental e do bem-estar social (ERRIDGE; MCLLROY, 2002).

Para gerenciar as aquisições públicas brasileiras foi emitido o Decreto n. 1.094, de 23 de março de 1994⁶, que criou o Sistema de Serviços Gerais (SISG). Foi criado também o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) para auxiliar o Sistema de Serviços Gerais (SISG). A Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (Sedap), publicou em 8 de abril de 1988, a Instrução Normativa n. 205⁷, que trata da logística de material de consumo em apoio ao Sistema de Serviços Gerais (SISG). Aborda a aquisição, a racionalização, o recebimento, a requisição, a armazenagem, a distribuição de material de consumo. Um dos itens mais importantes abordados nesta jurisprudência trata do inventário e da responsabilização do servidor público na guarda dos produtos.

O quadro 1 resume alguns aspectos relacionados à logística governamental intrafuncional, como a necessidade de elaborar manuais de trabalho, catálogo de materiais, rol de fornecedores e gestão do sistema de registro de preços⁸.

Para dar suporte à Lei de Licitações e Contratos, o Decreto n. 1.094/1994 marcou o início de controles informatizados das compras públicas brasileiras, prevendo a necessidade de expedir normas para disciplinar a licitação, a contratação, a aquisição, o recebimento, o registro, a guarda, a requisição, a distribuição e a utilização de material de consumo.

Essa é uma das características das aquisições públicas: há a necessidade de se criar jurisprudência adequada para dar suporte às atividades logísticas no setor governamental. Como supracitado, há diferenças essenciais entre os objetivos e as práticas dos profissionais que atuam em compras privadas e públicas, uma delas é a burocracia (MCCUE; PITZER,

6 As aquisições públicas do governo federal são administradas por um sistema informatizado (e-procurement) previsto no Decreto n. 1.094/1994: Sistema Comprasnet. Disponível em: <http://bit.ly/2Osfv1p>

7 A Instrução Normativa n. 205, de 8 de abril de 1988, está disponível em: <http://bit.ly/2wIOdvD>

8 Sistema de Registro de Preços é uma forma de licitar em que as entregas dos produtos podem ser realizadas durante 12 meses, transferindo a responsabilidade e custos de estoques do governo para o fornecedor.

Material: fixar os padrões e especificações do material de consumo para uso do serviço público.	Artigo 5
Material: expedir normas para disciplinar a licitação, a contratação, a aquisição, o recebimento, o registro, a guarda, a requisição, a distribuição e a utilização de material de consumo.	Artigo 5
Material: expedir normas para disciplinar a conservação, recuperação, manutenção, inventário, baixa e alienação de material de consumo.	Artigo 5
Material e transporte: supervisionar e coordenar a execução das normas logísticas ou executá-las quando julgar necessário.	Artigo 5
Siasg: criar catálogo unificado de materiais de consumo.	Artigo 7
Siasg: manter cadastramento unificado de fornecedores.	Artigo 7
Siasg: elaborar o registro de preços de material de consumo anualmente.	Artigo 7

Quadro 1 - Elementos previstos nas aquisições públicas pelo Decreto n. 1.094/1994

Fonte: elaborado pelos autores.

Para dar suporte às aquisições públicas, conforme apresentado no quadro 1, há jurisprudência, leis e regulamentações, que devem ser conhecidas e cumpridas pelo gestor público. A regulamentação das compras governamentais é um fenômeno internacional, como resta evidente em estudos em outros países, como apresentado por Larson (2009).

Para garantir o suprimento constante de material de consumo diante da sazonalidade e disponibilidade orçamentária, foi criado o Sistema de Registro de Preços (SRP), em que os itens são licitados e registrados em uma Ata de Registro de Preços (ARP) para serem adquiridos em até 12 meses com entregas parceladas⁹. Além disso, o SRP promove as compras compartilhadas, evitando que um mesmo produto seja licitado em determinada região por mais de um órgão federal, reduzindo custos administrativos¹⁰. O objetivo do SRP é reduzir custos logísticos com armazenagem, manutenção de depósitos, despesas com inventário de material de consumo, além de recorrentes licitações de mesmo produto, transferindo esses custos para os fornecedores. Além disso, não há obrigatoriedade de se efetuar as compras dos itens de um SRP.

A logística governamental é distinta da liberdade de tomada de decisão no setor privado, em que é recomendável a integração entre as funções intraorganizacionais

9 O Decreto n. 9.488, de 30 de agosto de 2018, prevê compras compartilhadas por vários órgãos federais, exigindo a divulgação dos produtos licitados no mínimo por oito dias úteis na fase de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), antes da abertura da licitação. A intenção é fomentar a colaboração e compras compartilhadas.

10 O Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013, regulamentou a adesão às Atas de Registro de Preços, prevendo um quantitativo máximo de aquisição para cada item licitado, depois da sessão do pregão eletrônico.

(compras, financeiro, marketing, produção) e entre as organizações por meio de alianças a médio e longo prazo para fornecimento de suprimentos (STEVENSON, 1989). O SRP é um contrato anual com o fornecedor, sendo necessária nova licitação para cada produto em até 12 meses, não sendo permitidas alianças a médio e longo prazo com os fornecedores, como suprimento continuado.

O profissional de *public procurement*, em estudos sobre a logística governamental, apresentou uma ordem de prioridades: termos da licitação, habilidades de comunicação (edital e termo de referência), precificação dos itens (pesquisa de mercado), gestão de contratos (fiscalização), conhecimento e cumprimento da legislação (*compliance*), questões éticas e transparência, liderança, habilidades de informática, trabalho em equipe, compras e suprimentos (LARSON, 2009).

Em contraponto, o profissional de compras no setor privado apresentou as seguintes prioridades: habilidades de comunicação, foco na negociação, análise de custo e preços, trabalho em equipe. A preocupação ética e legal nem apareceu entre os dez principais tópicos, ferramentas e técnicas nas aquisições privadas (LARSON, 2009).

AQUISIÇÕES PÚBLICAS E PREGÃO ELETRÔNICO

O principal motivo pela adoção do sistema de *e-procurement* é a economia de tempo e redução de custos, apresentando um processo mais eficiente de negócios. Estudos apontam que a implantação de sistema *online* para aquisição promoveu a redução de impressão em papel, abatimento nos custos com postagens e serviços postais, rapidez no tempo de resposta e retorno nos processos de *procurement* (MACMANUS, 2002).

As compras públicas brasileiras são realizadas por meio de licitação. Para regulamentar essas aquisições públicas, foi sancionada a Lei n. 10.520, em 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns. De modo geral, bens e serviços comuns são aqueles itens que podem ser descritos em edital de licitação devido aos padrões de desempenho e qualidade, ou seja, produtos de consumo que facilmente são encontrados em lojas.

O Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005¹¹, regulamentou os procedimentos do pregão eletrônico (*reverse auction*¹²), incluindo os atores responsáveis pelas atividades de aquisições públicas, criando a função de pregoeiro e equipe de apoio. Todavia, esse cargo não foi previsto na legislação sobre recursos humanos do serviço público federal, Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cabendo a cada órgão atribuir essa responsabilidade a algum servidor público e capacitá-lo adequadamente para desempenhar essa atividade e promover sua rotatividade. Em outros países, o profissional de aquisições possui

11 Decreto n. 5.450/2005, prevê o pregão eletrônico (e-procurement) como forma de licitação no Brasil, disponível em <http://bit.ly/2nEyn1K>

12 Pregão Eletrônico funciona como um leilão reverso (reverse auction): o edital prevê o valor máximo aceito e as empresas ofertam lances sucessivos decrescentes até o fechamento da sessão pública de pregão sob o comando de um pregoeiro.

treinamento e certificação para desempenho de suas funções (CALLENDAR; MATHEWS, 2000).

Seguindo uma tendência mundial, o Brasil empreende esforços para facilitar o acesso das pequenas e microempresas às compras governamentais. Mesmo que o governo implante medidas para promover a inovação nas pequenas e microempresas, há barreiras relacionadas a processos, competências, relacionamentos e procedimentos que impedem o desenvolvimento de empresas desse segmento, conforme estudos no Reino Unido (UYARRA *et al.*, 2014). A estratégia Europa 2020 considera que as aquisições públicas podem desenvolver um mercado mais inteligente, sustentável e inclusivo¹³. Capacitação e treinamento dos profissionais das pequenas e microempresas podem auxiliar na superação de barreiras de entrada nesse expressivo segmento de compras governamentais (SAASTAMOINEN; REIJONEN; TAMMI, 2017).

A Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e apresentou no quinto capítulo, artigos 42 a 49, critérios de preferência de aquisições destinados às pequenas e microempresas, quer no desempate em sessão pública, quer na reserva de mercado para itens licitados até R\$80.000,00 no edital de licitação brasileira. Além disso, a Lei Complementar n. 147, de 7 de agosto de 2014, alterou a redação dos artigos 42 a 49, incluindo cotas de até 25% dos itens que superam o valor de R\$80.000,00, favorecendo novamente as pequenas e microempresas.

A licitação de material de consumo possui fase interna e externa, conforme figura 2, além de processos de planejamento e avaliação num ciclo contínuo anual de compras governamentais, conforme previsto no Decreto n. 3.555, de 8 de agosto de 2000¹⁴.

A fase interna envolve os processos desde a identificação das necessidades de aquisição até o momento da elaboração do edital de licitação. A fase externa se inicia com a publicação do agendamento do pregão eletrônico até o momento da auditoria externa das aquisições.

As compras públicas devem cumprir a jurisprudência em que a etapa de planejamento das necessidades resulta na elaboração do termo de referência. O edital de licitação, com as regras de participação numa modalidade de licitação, deve ser acompanhado do termo de referência, que contém as condições técnicas e gerenciais de entrega do produto licitado, incluindo formas de avaliação de fornecedores, além da previsão de penalidades por descumprimento contratual.

13 A Comissão Europeia estabeleceu prioridades para o desenvolvimento da Europa entre 2010 e 2020, inclusive em relação às compras governamentais como fonte de inovação. Disponível em: <https://ec.europa.eu>

14 A fase interna e externa da licitação está prevista no Decreto n. 3.555/2000, disponível em <http://bit.ly/2nDQ5md>.

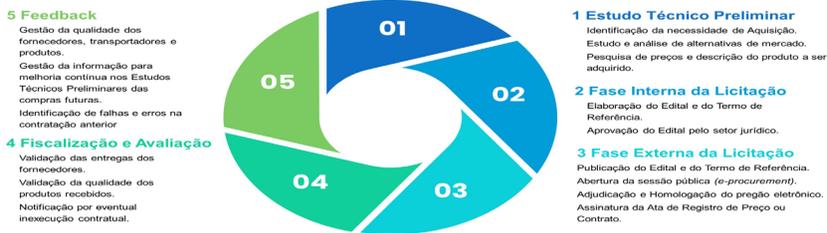


Figura 2 – Processo de aquisições públicas, baseado no Decreto n. 3.555/2000

Fonte: Elaborado pelos autores.

Preocupação típica da logística na década de 1980, o setor governamental ainda busca atualmente reduzir custos logísticos com transporte, aquisições, armazenagem, custos de inventários, controle da qualidade de fornecedores e produtos, em um contexto em que há pouco espaço para aumento de impostos para manter um estado em situação financeira com déficits anuais consecutivos¹⁵.

Quanto ao desenvolvimento sustentável, a destinação final ambientalmente adequada de resíduos está regulamentada na Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que busca minimizar os impactos ambientais adversos causados pelos geradores de resíduos sólidos, entre eles as pessoas jurídicas de direito público. A Política Nacional de Resíduos Sólidos estimula o controle social, a logística reversa, a disposição final ambientalmente adequada, a gestão integrada de resíduos sólidos. As sanções administrativas no tocante aos crimes ambientais estão previstas na Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. A preocupação ambiental deve estar presente também na gestão da cadeia de suprimentos do governo.

Assim, a partir da análise dos conteúdos supracitados, o quadro 2 apresenta uma síntese sobre os elementos que regem a gestão de suprimentos do governo federal brasileiro, principalmente no tocante às aquisições (*public procurement*), sobretudo no contexto da logística.

Processo Supply Chain	Processo Licitatório	Legislação	Funcionalidades	Questão logística
Ambiente de Negociação e Compras	Pregão Eletrônico	Decreto n. 5.450/2005, art. 2 Decreto n. 3.555/2000, art. 2	Sistema Comprasnet	Onde promover as aquisições públicas?

15 O Ministério da Fazenda estima que o déficit primário brasileiro será de R\$159 bilhões em 2018, diante de uma receita primária de R\$1,380 trilhão. Previsão de déficit disponível no Tesouro Nacional em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Compradores e Vendedores	Pregão Eletrônico	Decreto n. 5.450/2005, art. 2	Ambiente virtual: pregoeiro, equipe de apoio e empresas licitantes	Quem participa das sessões de licitação?
Previsão de demanda	Estudo técnico preliminar	Decreto n. 3.555/2000, art. 21	Histórico de consumo de atas anteriores	O que e quanto comprar? Estudar as alternativas de mercado
Fase interna do pregão	Preparação do edital e anexos	Decreto n. 5.450/2005, art. 9	Modelo de editais da Controladoria-Geral da União	Redação dos editais de licitação. Redação do termo de referência e minuta dos contratos.
Leiloeiro	Pregoeiro Equipe de apoio	Decreto n. 5.450/2005, art. 11	Responsável pela condução da sessão pública de pregão. Equipe de apoio à licitação.	Quem promove o pregão eletrônico? Quem apoia o pregoeiro?
Fase externa do pregão	Sessão pública do pregão eletrônico	Decreto n. 3.555/2000	Gerenciamento pelo sistema Comprasnet.	Conhecimento do produto e jurisprudência para responder impugnação e pedidos de esclarecimentos. Abertura de lances. Habilitação, Adjudicação e Homologação do vencedor.
Contratação	Emissão da Ata de Registro de Preços ou contrato	Decreto n. 5.450/2005, artigos 28 e 29.	Gestão de contratos. Gestão de Atas de Registro de Preços.	Regularidade fiscal das licitantes e garantias contratuais. Qualificação dos fornecedores.
Recebimento, Armazenagem e Distribuição interna	Emissão de nota de empenho. Fiscalização de conformidade.	Instrução Normativa n. 205/1988 SLTI/MPOG	Gestão financeira e contábil.	Controle de qualidade dos produtos. Qualificação dos fornecedores e transporte. Controle de almoxarifados.
Inventário e Auditoria	Fiscalização de contratos. Inventário de estoques.	Instrução Normativa n. 205/1988 SLTI/MPOG. Decreto n. 5.450/2005, art. 29.	Gestão de Estoques	Gestão de materiais: giro de estoque nos depósitos.
Resíduos sólidos e Sustentabilidade	Fiscalização	Lei n. 12.305/2010. Lei n. 9.605/1998.	Gestão ambiental e descarte ambientalmente correto.	Como descartar adequadamente os produtos e resíduos?

Quadro 2 - Associação entre elementos de logística e a jurisprudência no setor governamental brasileiro

Fonte: elaborado pelos autores.

As compras governamentais (*public procurement*), uma das funções dentro da Gestão da Cadeia de Suprimentos, possui uma dimensão estratégica e política. As metas da gestão logística estão ligadas a objetivos socioeconômicos (desenvolvimento, inovação, sustentabilidade), bem como possui objetivos comerciais (eficiência, eficácia e custo/benefício), dentro do contexto de cumprimento da jurisprudência (*compliance*). A dimensão política da logística governamental é enfatizada por Murray (2007) e combinada com outras dimensões por Williams-Elegbe (2016) e McCue, Prier e Swanson (2015).

Apartir da análise do quadro 2 é possível corroborar estudos sobre aquisições públicas que afirmam que as compras governamentais tendem a ser algo predominantemente tático e operacional, visando a adesão às políticas e leis vigentes, sufocando a inovação, não se exigindo profissionais altamente qualificados na área de logística, mas tão somente conhecedores de leis e da jurisprudência (MATTHEWS, 2005).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Foram apresentadas as características da jurisprudência sobre logística, principalmente na função aquisição (*procurement*) do setor governamental brasileiro desde a década de 1990, com o advento do pregão eletrônico e das ferramentas de internet como apoio à gestão da cadeia de suprimentos.

A relevância deste estudo é identificar as características da logística no setor governamental, a partir da revisão da literatura e da análise do conteúdo da jurisprudência em vigor, para identificar o contexto no qual as compras públicas estão inseridas. Melhorar a eficiência do gasto público é um imperativo num ambiente de restrição orçamentária, no contexto da publicação da Emenda Constitucional n. 95, de 15/12/2016, que limita os gastos públicos nos próximos 20 anos. As aquisições públicas também possuem um papel de fomento à inovação e desenvolvimento social, sobretudo pelo apoio às pequenas e microempresas.

Recomendam-se estudos complementares sobre gestão logística da cadeia de suprimentos no setor público em outras áreas, tais como serviços e produtos de tecnologia de informação, obras e serviços de engenharia, contratação de serviços com ou sem fornecimento de mão de obra, que podem dar melhor suporte às atividades logísticas das instituições públicas. Também podem ser promovidos futuros estudos sobre o impacto na nova lei de licitação no aprimoramento das compras públicas brasileiras, bem como sua relação com as compras públicas da União Europeia ou outros países.

REFERÊNCIAS

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos / Logística Empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

- BALLOU, R. *The Evolution and Future of Logistics and Supply Chain Management*. **Produção**. v. 16, n. 3, p. 375-386, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BOWERSOX, D. J.; CARTER, P. L.; MONCZKA, R. M. *Materials Logistics Management*. **International Journal of Physical Distribution & Materials Management**. v. 15, n. 5, p. 27-35, 1985.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B. **Gestão Logística da Cadeia de Suprimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- CALLENDAR, G., MATHEWS, D. *Government Purchasing: An Evolving Profession?* **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 12, n. 2, p. 272-290, 2000.
- CHOPRA, S., MEINDL, P. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: estratégia, planejamento e operação**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.
- COOPER, M. C.; LAMBERT, D. M.; PAGH, J. D. *Supply Chain Management: More Than a New Name for Logistics*. **The International Journal of Logistics Management**. v. 8, n. 1, p. 1-14, 1997.
- ERRIDGE, A., MCLLROY, J. *Public Procurement and Supply Management Strategies*. **Public Policy and Administration**, v. 17, n.1, p. 52-71, 2002.
- GLAS, A. H., SCHAUPP, M., ESSIG, M. *An organizational perspective on the implementation of strategic goals in public procurement*. **Journal of Public Procurement**, v. 17, n. 4, p. 572-605, 2017.
- LAMBERT, D. M., COOPER, M. C. *Issues in Supply Chain Management*. **Industrial Marketing Management**. v. 29, n. 1, p. 65-83, 2000.
- LARSON, P. D. *Public vs. private sector perspectives on supply chain management*. **Journal of Public Procurement**, v. 9, n. 2, p. 222-247, 2009.
- LUMMUS, R. R., VOKURKA, R. J. *Defining supply chain management: a historical perspective and practical guidelines*. **Industrial Management & Data Systems**, v. 99, n. 1, p. 11-17, 1999.
- MACCARTHY, B. L., BLOME, C., OLHAGER, J., SRAI, J. S., ZHAO, X. *Supply chain evolution – theory, concepts and science*. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 36, n. 12, p. 1696-1718, 2016.
- MACMANUS, S. A. *Understanding the incremental nature of e-procurement implementation at the state and local levels*. **Journal of Public Procurement**, v. 2, n. 1, p. 5-28, 2002.
- MATTHEWS, D. *Strategic Procurement in the Public Sector: A Mask for Financial and Administrative Policy*. **Journal of Public Procurement**, v. 5, n. 3, p. 388-399, 2005.
- MCCUE, C. P., GIANAKIS, G. A. *Public purchasing: who's minding the store?* **Journal of Public Procurement**, v. 1, n. 1, p. 71-95, 2001.

MCCUE, C. P., PRIER, E., SWANSON, D. *Five Dilemmas in Public Procurement*. **Journal of Public Procurement**, v. 15, n. 2, p. 177-207, 2015.

MCCUE, C.; PITZER, J. T. **Fundamentals of Leadership and Management in Public Procurement**. Herndon, VA: National Institute of Governmental Purchasing, 2005.

MENTZER, J. T.; DEWITT, W.; KEEBLER, J. S.; MIN, S.; NIX, N.W.; SMITH, C. D.; ZACHARIA, Z. G. *Defining Supply Chain Management*. **Journal of Business Logistics**, v. 22, n. 2, p. 1-25, 2001.

MURRAY, J. G. *Strategic Procurement in Local Government: The Role of Elected Members*. **Journal of Public Procurement**, v. 7, n. 2, p. 194-212, 2007.

SAASTAMOINEN, J.; REIJONEN, H.; TAMMI, T. *The role of training in dismantling barriers to SME participation in public procurement*. **Journal of Public Procurement**, v. 17, n. 1, p. 1-30, 2017.

STEVENS, G. C. *Integrating the supply chain*. **International Journal of Physical Distribution and Material Management**, v. 19, n. 8, p. 3-8, 1989.

STEVENS, G. C. *Successful supply chain management*. **Management Decision**, v. 28, n. 8, p. 25-30, 1990.

STEVENS, G. C.; JOHNSON, M. *Integrating the Supply Chain... 25 years on*. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, v. 46, n. 1, p. 19-42, 2016.

THAI, K. V. International Public Procurement: Concepts and Practices. In: _____, **International Handbook of Public Procurement**. Boca Raton, FL: CRC Press, 2009. p. 2-24.

THAI, K. V. *Public procurement re-examined*. **Journal of Public Procurement**, v. 1, n. 1, p. 9-50, 2001.
UNDP. **Public Procurement Capacity Development Guide**. New York: United Nations Development Programme, 2010.

UYARRA, E.; EDLER, J.; GARCIA-ESTEVEZ, J.; GEORGHIOU, L.; YEOW, J. *Barriers to Innovation through Public Procurement: A Supplier Perspective*. **Technovation**, v. 34, n. 10, p. 631-645, 2014.

WILLIAMS-ELEGBE, S. *The Evolution of the World Bank's Procurement Framework: Reform and Coherence for the 21st Century*. **Journal of Public Procurement**, v. 16, n. 1, p. 22-51, 2016.

YUVA, J. Collaborative logistics: building a united network. **Inside Supply Management**. Tempe, v. 13, n. 5, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 61, 63, 74, 158

Acesso à Informação 99, 124, 125, 130, 133, 139, 142, 144, 145, 146

Administração 30, 44, 45, 69, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 96, 103, 112, 113, 114, 118, 122, 123, 131, 145, 162, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 202, 208, 210, 219, 220, 221, 226, 228

Administração Pública 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 103, 112, 113, 114, 118, 122, 123, 131, 145, 228

Administração Pública Municipal 76, 79, 80

Agregar valor 34, 35, 130

Ambivalência 208, 214, 215, 219, 225, 226

Ansiedade 196, 200, 203, 206, 215

Aprendizagem Ativa 196, 197, 201

Associativismo 34, 35, 36, 46, 48, 49, 51, 52, 59

C

Cadeia Leiteira 34, 35, 37

Casanare 1, 2, 3, 8, 12, 13, 14, 15, 16

Caso de Ensino 175, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 188, 189, 191, 192

Colaborativa 125, 196, 200, 201, 204, 206

Compras Públicas 78, 81, 82, 83, 93, 94, 97, 98, 103, 105, 106, 108, 109

Compras Sustentáveis 76

D

Desafios Acadêmicos 161

Desonestidade 208, 209, 212, 213, 216, 223, 224, 225, 226

Diferencial Competitivo 18, 24, 25, 28, 29, 31, 50

Dificuldades de Aprendizagem 169, 196, 205

E

Ecosistema de Empreendimento 1, 2, 3, 4, 15

Empreendedorismo 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 31, 32, 33

Estratégia 27, 29, 46, 48, 51, 53, 56, 58, 59, 101, 102, 105, 109, 148, 151, 164, 175, 176, 178, 180, 193, 197, 199, 200, 209

Estratégias 19, 26, 32, 33, 37, 46, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 99, 100, 119, 129, 165,

176, 179, 184, 199, 209, 210

Evidenciação Contábil 124, 146

F

Flexibilidade Moral 208, 209, 210, 212, 219, 225, 226

G

Gestão de Suprimentos 97, 107

H

Honestidade 208, 209, 211

I

Inovação 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 46, 48, 50, 57, 58, 59, 93, 105, 108, 109

L

Licitação 77, 78, 81, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109

Licitações 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 93, 94, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 137, 140

M

Metodologia 22, 27, 33, 38, 53, 65, 74, 84, 96, 116, 126, 135, 152, 161, 163, 164, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 219

Mobilidade Urbana 61, 62, 63, 64, 65, 68, 70, 71, 72, 73, 74

Modelo Babson Collage 1

N

Nervosismo 196, 200, 203, 204, 205

P

Planejamento 18, 19, 25, 26, 31, 33, 36, 37, 46, 48, 54, 55, 56, 58, 61, 65, 73, 74, 77, 94, 97, 98, 99, 100, 102, 106, 109, 114, 115, 119, 122, 133, 146, 149, 151, 158, 159, 164, 165, 172, 226

Política Pública 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154

Portais Eletrônicos 124, 134, 136, 138, 140, 142, 145, 146

Porto Velho 46, 47, 48, 53, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 112, 122, 123, 124, 125, 136, 138, 140, 143

Pregão Eletrônico 97, 98, 100, 104, 105, 106, 107, 108

Processo Decisório 112, 113, 114, 116, 119, 120, 121, 122, 123

Public Procurement 97, 99, 102, 104, 107, 108, 109, 110, 111

R

Recomendações Pedagógicas 161

Redes de Farmácias 46, 48

Resolução 166, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 197, 199, 201, 202

S

Satisfação Acadêmica 161

Sistemas 22, 62, 63, 64, 70, 99, 100, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 163, 177

Sistema Único de Saúde 147, 151

T

TFD 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

U

Usuários da Saúde Pública 147

Aplicação Prática da Administração na Economia Global 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Aplicação Prática da Administração na Economia Global 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 